

OM

JORNAL DO MONATRAN –
MOVIMENTO NACIONAL DE
EDUCAÇÃO NO TRÂNSITO
FLORIANÓPOLIS/SC
OUTUBRO DE 2019
ANO 10 - Nº 117

O Monatran

Suposta carta
do Diretor do
Denatran pedindo
exoneração critica
estrutura do órgão

PÁGINA 16

Validade da CNH não aumentou! Entenda



O Projeto de Lei 3267/19, de autoria do Poder Executivo, pretende modificar o Código de Trânsito Brasileiro. Entre outras alterações, o texto prevê a ampliação de cinco para 10 anos a validade da Carteira Nacional de Habilitação (CNH). Nada mudou em relação à validade da CNH. O tempo de renovação permanece a cada três anos para as pessoas com idade superior a 65 anos e cinco anos para pessoas com idade igual ou inferior a 65 anos. O texto do projeto pretende alterar essa validade, mas ele ainda não foi votado e não há prazo para entrar em vigor. (Página 6)

Segurança
no trânsito
depende de
ação conjunta
entre poder
público e
iniciativa
privada

PÁGINA 6



Restauração da
Ponte Hercílio
Luz entra na
reta final

PÁGINA 7

EDITORIAL

Nada a comemorar

Há poucas semanas, uma premiação, no mínimo, “inusitada” chamou a atenção da nossa equipe editorial. O Brasil (através do Ministério da Saúde) recebeu o Prêmio da Força-Tarefa Interagências da Organização das Nações Unidas (ONU) pelas ações do governo brasileiro de redução de mortes no trânsito.

Seria motivo de grande orgulho para todos nós, se não fosse um enorme detalhe: nosso país tem feito praticamente nada neste sentido para receber tamanho reconhecimento. Aliás, os números mostram bem o contrário. Até existem variações nos números de óbitos no trânsito vez ou outra. Mas nada progressivo, muito menos, fruto de alguma política pública séria com o real objetivo de se reduzir a carnificina de nossas estradas, que ultrapassam de longe o saldo de mortes de

muitas guerras.

Sinceramente, como bem enfatizou o especialista em trânsito, Celso Alves Mariano, essa premiação não combina com o rigor que a OMS tem cobrado o Brasil, quanto às metas da Década e muito menos reflete o momento atual que estamos vivendo no País em relação ao trânsito.

Reconhecimento é bom e todos gostam. Mas elogios fora de hora podem afrouxar esforços que precisam ser mantidos. Tomemos cuidado para não confundir estímulo com condecoração, prêmio de consolação com vitória. Estamos muito longe, como país, de cumprir a meta da OMS.

Pra se ter uma ideia, na contramão da redução de mortes e feridos no Brasil, em consequência de acidentes de trânsito, o jornal O Globo divulgou números importantes. De acordo com os dados obtidos por meio

da Lei de Acesso à Informação, após o desligamento dos radares nas rodovias federais, os acidentes considerados graves, isto é, com mortos ou feridos, tiveram alta de 2% entre janeiro e julho deste ano.

Ainda em relação a esses números, um levantamento do SOS Estradas, com base nos dados da PRF, mostra que os acidentes graves subiram de 10.038 para 10.212 ocorrências. A alta em acidentes graves é a primeira desde 2011.

O relatório mostra também que, entre janeiro e julho de 2019, o número de feridos graves subiu em relação ao ano passado, de 10.141 para 10.436 registros.

De acordo com Mariano, o desligamento dos radares é preocupante e tem impacto direto nas estatísticas. Mas temos que separar as coisas, contratos mal feitos, sem estudo técnico, tem que acabar mesmo, temos que rever essas distorções. Porém, fiscalizar a velocidade é uma das ferramentas essenciais, não tem mágica.

“Quem não concorda com isso, faça um exercício bem simples: está na sua mão a responsabilidade de garantir que as pessoas não vão se matar e nem provocar acidentes por abusar da velocidade. Que recurso você utilizaria? Você vai ver que em pouco tempo você estará se convencendo

e tentando convencer os outros que tem que ter radar de velocidade, que tem que ter instrumentos que fiscalizem porque tem gente que não obedece”.

Sem dúvida alguma, a realidade é que a minoria de infratores contumazes acaba colocando em risco os demais usuários. Mesmo que você dirija, mas existe alguém que não respeita as leis, ultrapassa o limite de velocidade, essa pessoa está contribuindo para um fator que pode envolver a você e sua minha família num acidente de trânsito. Infelizmente é isso que acontece e é o que presenciamos no dia a dia do nosso trânsito.

NOTAS E
FLAGRANTES

Por Ellen Bruehmueller
contato@monatran.org.br



O Monatran

Jornal do MONATRAN -
Movimento Nacional de Educação no Trânsito
Sede Nacional: Av. Hercílio Luz, 639 Conj. 911
Centro - Florianópolis / Santa Catarina - CEP 88020-000
Fone: (48) 3223-4920 / 3204-9478
E-mail: jornal@monatran.org.br
Site: www.monatran.org.br

DIRETORIA EXECUTIVA:

Presidente:

Roberto Alvarez Bentes de Sá

Diretores:

Maria Terezinha Alves

Sergio Carlos Boabaid

Jorge Castro Reis Filho

Francisco José Mattos Mibielli

Presidente do Conselho Deliberativo

Alaor Francisco Tissot

Jornalista Responsável e diagramador:

Rogério Junkes

Registro Profissional nº 775 - DRT

Redatora:

Ellen Bruehmueller - Registro Profissional nº 139/MS - DRT

Distribuição: Gratuita

Os artigos e matérias publicados neste jornal são de exclusiva responsabilidade dos autores que os assinam, não refletindo necessariamente o pensamento da direção do MONATRAN ou do editor.



DOR DA MORTE

A cena do cãozinho uivando no local de um acidente de trânsito em Guaramirim, no norte de Santa Catarina, comoveu a internet. Sobretudo por ser um animal de rua, aparentemente sem dono. Ele chegou ao local, no entanto, poucos momentos após a retirada do corpo da vítima fatal do acidente, na Rodovia do Arroz. Presentindo a tristeza, ele literalmente “chorou”.

OPAS X ÁLCOOL

A Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde (OPAS/OMS) lançou no dia 7 de outubro no Brasil a iniciativa SAFER, que disponibiliza um pacote técnico com cinco estratégias de alto impacto para reduzir o uso nocivo do álcool e suas consequências sociais, econômicas e de saúde.

As estratégias são: reforçar as restrições à disponibilidade de álcool; avançar e impor medidas para direção sob efeito do álcool; facilitar o acesso à triagem, intervenções breves e tratamento; aplicar proibições ou restrições abrangentes à publicidade, patrocínio e promoção de bebidas alcoólicas; aumentar os preços do álcool por meio de impostos e políticas de preços.





Roberto Alvarez Bentes de Sá
robertobentes@monatran.org.br

ESPAÇO DO PRESIDENTE



CNH DIGITAL

Você sabia que se a sua CNH foi emitida após maio de 2017, ela possui um QR Code impresso na parte interna e você pode obter a CNH Digital, sem a necessidade de ter um certificado digital ou de ir até o Departamento Estadual de Trânsito (Detran)?

De acordo com o Departamento Nacional de Trânsito (Denatran), dos 60 milhões de motoristas do país, 27 milhões possuem CNHs com QR Code e podem utilizar a tecnologia, que pode ser baixada gratuitamente na Google Play e App Store.

E o melhor de tudo é que a CNH Digital poderá ser acessada pelo dispositivo móvel mesmo off-line, ou seja, sem internet, podendo substituir a apresentação do documento impresso.

FRAGILIDADE

Nos últimos dez anos (2009 a 2018), o Seguro DPVAT pagou mais de 201 mil indenizações a vítimas de acidentes com veículos com idade superior a 65 anos. As estatísticas ainda revelam um elevado índice de atropelamentos, já que a maioria dos atingidos (60% ou 121.529) estava na condição de pedestre no momento da ocorrência. Além disso, a análise por tipo de cobertura também expõe outra realidade preocupante. Mais de 55% dos idosos indenizados pelo Seguro DPVAT, nos últimos dez anos, ficaram com algum tipo de invalidez permanente.

Tragédia anunciada

Pode parecer clichê, mas a tragédia já era anunciada. Menos de uma semana depois da “inauguração” do novo acesso ao Aeroporto Internacional de Florianópolis, um grave acidente frontal escancarou o óbvio: a via não estava em condições de ter o tráfego liberado e, enquanto não forem adotadas medidas básicas de sinalização, iluminação e instalação de guard-rails, seus usuários estarão todos à mercê de uma nova tragédia.

De acordo com a Polícia Militar Rodoviária (PMRv), o acidente ocorreu por volta de 19h45, no km 37, da SC-401, bem perto do trevo que leva para o Estádio Aderbal Ramos da Silva, a Ressacada.

Na ocasião, cinco pessoas ficaram feridas, sendo que quatro precisaram ser encaminhadas ao hospital, em estado grave, depois de uma colisão frontal entre um Spin com placas de Palhoça, guiado por um jovem de 19 anos; e um Gol, com placas de Laguna, cujo motorista tem 35 anos.

Embora não estejam totalmente claras as causas do referido acidente, o episódio mostra que há necessidade urgentíssima de serem adotadas medidas no sentido de prevenir outras ocorrências.

Lamentavelmente, somente

depois da colisão, o Ministério Público de Santa Catarina decidiu emitir uma recomendação ao governo do Estado para que instale iluminação, sinalização e guard-rails na rodovia. Ainda assim, antes tarde do que nunca.

Todavia, caso a Secretaria de Estado de Infraestrutura deixe de fazer os ajustes no prazo de 30 dias (a contar da publicação no dia 8 de outubro), o Ministério Público ingressará com uma ação judicial para cobrar as medidas.

Como repetimos à exaustão nesse espaço, com diversos artigos e editoriais, o aeroporto ficou pronto muito antes da via de acesso. E, apesar do jogo de palavras dos administradores públicos de que a obra só será entregue em março de 2020, se foi liberado o tráfego, obviamente, há necessidade de adequar a rodovia às normas de segurança. Nem era necessário demandar vistorias de tantos órgãos para dizer o que todos já sabíamos.

Enfim, esperamos que as autoridades competentes passem a prestar mais atenção nestas questões primárias, que podem comprometer diretamente a segurança da população e de todos os passageiros aéreos, que agora, obrigatoriamente, precisarão fazer uso da via entregue pela metade.

Detran facilita processo de renovação de CNH em SC

Os catarinenses agora terão mais facilidade na hora de renovar a Carteira Nacional de Habilitação (CNH). Desde o dia 3 de outubro, o serviço está disponível no Portal Digital do Detran/SC. A nova ferramenta deve beneficiar cerca de 600 mil pessoas por ano que não precisam mais se deslocar até as Ciretrans do Estado para dar início ao processo. O condutor precisa ir ao órgão apenas para fazer a coleta biométrica, os exames exigidos por lei e buscar o documento pronto.

Só em Florianópolis foram 41 mil renovações de janeiro a setembro de 2019, uma média de 4,5 mil por mês. Para acessar os serviços no portal, é necessário fazer um cadastro e confirmar o pedido. O sistema registrará automaticamente a solicitação, informará o valor e emitirá a guia de pagamento. Depois de o condutor fazer os exames que serão agendados pelo sistema, o Portal avisa que a CNH



está pronta e já pode ser retirada no órgão de trânsito.

“A novidade faz parte do projeto de inovação e modernização do Detran. A renovação da CNH é uma conquista que representa menos filas, menos deslocamentos desnecessários e mais tempo livre aos nossos usuários. É o Governo do Estado, através do Detran e do

Ciasc, trabalhando para melhorar a qualidade de vida do cidadão catarinense”, ressaltou a diretora do Detran/SC, Sandra Mara Pereira.

Neste ano, através do Portal Digital, foram abertos 10,6 mil processos de segunda via da CNH, de CNH definitiva e Permissão Internacional para Dirigir. Além disso, 674 mil e-mails foram en-

viados (habilitação e penalidades a vencer; notificações de autuação; e débitos dos veículos) e cinco mil certidões foram emitidas no processo 100% digital (certidão de registro de CNH, de propriedade de veículo, de baixa e para seguro). Quem se cadastra no Portal recebe o aviso do vencimento da CNH com antecedência via e-mail e evita ser multado.

RENOVAÇÃO

Para os condutores com menos de 65 anos, a validade da CNH é de cinco anos. A partir desse limite, o prazo é reduzido para três anos. Há casos excepcionais em que o médico determina períodos mais curtos para o vencimento. Vencido o prazo de validade do exame médico, o condutor tem 30 dias para providenciar sua renovação. Se for pego ao volante após esse prazo, é autuado por infração gravíssima, 7 pontos na carteira e multa de R\$ 293,47.

VALIDAÇÃO FACIAL: CNH passa a ter novo procedimento de segurança em Santa Catarina

Com o objetivo de evitar fraudes, o processo de emissão Carteira Nacional de Habilitação (CNH) passa a ter mais uma etapa: a validação facial. Após coleta da fotografia e da biometria, as informações são enviadas automaticamente para o sistema nacional do Denatran e comparadas com as imagens anteriormente recolhidas do usuário, dificultando a emissão de um documento com a foto de um estelionatário e os dados de uma vítima. Santa Catarina é o quinto estado do país a utilizar a tecnologia.

Na prática, cabe ao Detran/SC, antes da emissão do documento, fazer a coleta e a checagem biométrica no banco de imagens do Registro Nacional de Condutores Habilitados (Renach). Após a tentativa de validação dos dados, quando o índice de similaridade é maior ou igual a 90%, o documento é automaticamente enviado para emissão por parte do Detran. Caso não atinja o nível mínimo,

a comparação visual será feita manualmente pela Gerência de Habilitação do Departamento. O procedimento é usado na identificação de condutores em processo de renovação da CNH, de mudança ou adição de categoria.

“Santa Catarina já possui um índice de fraudes próximo de zero, com essa implementação não existirá mais essa possibilidade. Quando for implantado em todo o país, o sistema estará interligado e não terá mais a possibilidade de fraudes”, ressaltou o gerente de habilitação do Detran/SC, Cristiano Sousa.

Além de garantir mais segurança aos motoristas, a nova fase de validação também traz economia para os Detrans, uma vez que o procedimento é centralizado.

No estado, o Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina (Ciasc) é o responsável por fazer a ponte entre o órgão de trânsito estadual e o nacional.



PROCESSO DE EMISSÃO

- 1 - Primeiro é realizada a coleta biométrica e envio das imagens (foto, assinatura digitalizada e digitais) antes da autorização para emissão
- 2 - Depois é feita a validação biométrica da fotografia, quando existir uma emissão anterior que possua foto no banco de imagens do Renach

- 2.1 - Caso o índice de similaridade entre as imagens fique abaixo do aceitável (menor ou igual a 90%), a imagem é reprovada, o que demanda a checagem “manual” por um usuário do Detran por meio do Renach Web, que poderá aprovar ou reprovar a imagem coletada
- 2.2 - Caso a imagem seja apro-

- vada na validação automática, ou por um usuário do Detran no Renach Web, o processo pode prosseguir para que seja realizada a autorização de emissão
- 3 - O Detran detentor do prontuário do condutor envia a autorização de emissão
- 4 - Por fim, a gráfica credenciada realiza a impressão da CNH.



JOSÉ ROBERTO DE SOUZA DIAS*

NESSE VERÃO VÁ E VOLTE COM A CONSCIÊNCIA EM PAZ

O verão que em breve se inicia traz um agravante aos estados do sudeste e principalmente do sul. A mancha de óleo que se alastra pelo Nordeste e que já chega as belas praias da Bahia, fatalmente desviará o fluxo de turistas brasileiros e internacionais em direção ao sul.

Estarão esses estados preparados para enfrentar tal desafio no trânsito rodoviário e urbano?

Basta dar uma olhada no congestionamento do dia a dia das áreas dessas regiões para se concluir que os turistas mudarão apenas de um caótico trânsito para outro.

A temporada de férias de fim de ano está batendo à porta e, fora legítimas exceções, como sempre, nada de novo foi anunciado, até agora, para conter a violência no trânsito. O que se prevê é que será a velha e surrada operação de verão, com o deslocamento de efetivos policiais do interior para o litoral, no estilo de desvestir um santo para cobrir o outro.

A desculpa de que o cobertor é curto, não “cola” no cidadão pós redes sociais, pois existe munição suficiente para combater a guerra no trânsito. Os recursos existentes para essa finalidade são abundantes, obrigatórios e provenientes das multas. O motorista sabe disso, como também não aceita mais as descul-

pas esfarrapadas dos governantes de plantão, com seus argumentos surrados de contingenciamento para tapar o imenso buraco fiscal.

As estradas neste verão estarão ainda mais entupidas e todo o cuidado é pouco. Importante lembrar que seu carro é sua vida e não tem como terceirizar essa responsabilidade.

O resumo da ópera é que a segurança do cidadão no trânsito está cada vez mais na mão do condutor do veículo, ou seja, obedeça a sinalização nas ruas e nas estradas pois esta foi colocada para evitar acidentes.

Caso você tenha se contentado com a redução do número de radares nas estradas, convença-se que o motorista também tem responsabilidade pela preservação da vida. Cabe a ele estar ciente que a velocidade excessiva mata, fere com gravidade e pode deixar refém de uma cama por muito tempo ou para sempre.

Em todo mundo, especialistas afirmam que o excesso de velocidade está entre as principais causas de acidentes com mortes e ferimentos graves. O risco se potencializa com o beber e dirigir, o uso de drogas lícitas e ilícitas, o cansaço, o usar o smartphone, sobremaneira lendo e redigindo mensagens. Não brinque com sua vida e principalmente

com a de sua família e de seus semelhantes. Fique atento ao volante porque há motocicletas, bicicletas e pedestres. Se motociclista, cumpra rigorosamente as regras de trânsito e sempre use capacete. Afinal, esse bem chamado vida não lhe pertence!

Lembre que uma falha pode ser absolutamente fatal. Quando um cadeirante passar ao lado não desvie o olhar e coloque-se no seu lugar, provavelmente o que ocorreu com ele não levou mais do que uma fração de segundo.

Uma viagem é tudo de bom, não há nada melhor, do que visitar amigos, família, conhecer gente nova, se divertir e guardar as lembranças no fundo da alma. O caminho faz parte do passeio, a paisagem, parar pelo caminho, esticar as pernas, saudar as pessoas. Porém o melhor desse sonho é chegar em casa e reconhecer que a sua cama é a melhor do mundo e agradecer ao Grande Arquiteto do Universo por mais essa bela página da Vida que lhe foi proporcionada.

* Doutor em Ciências Humanas e Mestre em História Econômica pela USP, criou e coordenou o Programa PARE do Ministério dos Transportes, foi Diretor do Departamento Nacional de Trânsito – Denatran, Secretário-Executivo do Gerat da Casa Civil da Presidência da República, Doutor Honoris Causa pela Faculdade de Ciências Sociais de Florianópolis – Cesusc, Two Flags Post – Publisher & Editor-in-Chief.

CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO (LEI Nº 9.503, DE 1997)



CONSTITUI INFRAÇÃO DE TRÂNSITO:

Art. 232. Conduzir veículo sem os documentos de porte obrigatório referidos neste Código:
Infração - leve;
Penalidade - multa;
Medida administrativa - retenção do veículo até a apresentação do documento.

Segurança no trânsito depende de ação conjunta entre poder público e iniciativa privada

O trânsito brasileiro mata mais de 5.000 pessoas por ano somente nas rodovias federais. São mais de 60 mil acidentes em 12 meses, conforme os dados divulgados pela CNT, em relação a 2018. Essas ocorrências geram custos sociais e econômicos. No Brasil, na maioria das vezes, o foco das discussões em torno do tema está ligado a fatores veiculares e humanos.

O que nem sempre se discute é que as más condições da infraestrutura da malha rodoviária representam um fator preponderante para essa realidade de mortos e feridos.

A inadequação de muitas rodovias, com buracos, erosões, quedas de barreiras e de pontes, além dos problemas na sinalização e no traçado, contribuem para esse cenário de insegurança. Essa foi uma das análises feitas pela CNT (Confederação Nacional do Transporte) durante uma reunião promovida na sede da entidade, em Brasília, no mês de setembro. Estiveram presentes transportadores, parlamentares, policiais rodoviários federais e representantes do governo federal, entre outros.

“Mudar a realidade desses números registrados nas rodovias brasileiras somente será possível com a adoção conjunta de uma série de medidas, pelo Executivo, pelo Legislativo e também pelas empresas de transporte”, disse o presidente da CNT, Vander Costa, ao apresentar o Painel CNT de Consultas Dinâmicas dos Acidentes Rodoviários”, lançado durante a reunião.

A ferramenta é uma plataforma online, que está disponível no portal da Confederação Nacional do Transporte, e traz estatísticas de 2007 a 2018 sobre os acidentes registrados nas rodovias federais. Ao acessar o portal, transportadores, gestores, especialistas, legisladores, autoridades públicas e sociedade em geral podem

conhecer, a fundo, o detalhamento dos acidentes em rodovias federais. De forma rápida e intuitiva, a ferramenta disponibiliza um leque importante de informações, possibilitando o cruzamento de dados por regiões e unidades federativas.

“Com a criação do Painel e a parceria com a PRF, a CNT contribui para democratizar o acesso às informações, permitindo, assim, a realização de diagnósticos mais precisos fundamentais para a tomada de decisões”, destacou Vander Costa.

Cooperação

O inspetor Agnaldo Filho, da Polícia Rodoviária Federal, participou do debate na CNT. Para ele, o Painel criado pela Confederação, com dados da PRF, demonstra a importância da cooperação e da integração entre diversos órgãos e instituições. Agnaldo Filho destacou que essas parcerias são fundamentais para que o Brasil possa reverter o atual cenário de acidentes e mortes nas rodovias brasileiras. “O Painel é uma ferramenta inovadora. Torna a leitura dos dados mais palatável, sendo acessível à sociedade e a todos que compõem a cadeia de decisão e de execução de ações e políticas públicas”, afirmou.

Também participou da reunião pela segurança no trânsito, promovida na sede da CNT, o deputado federal Hugo Legal (PSD). Árduo defensor de medidas que garantam

mais segurança nas rodovias brasileiras, ele enalteceu a importância do trabalho da Confederação. “Precisamos entender onde e por que acontecem os acidentes rodoviários, e o que está sendo feito para evitá-los. Não adianta ficarmos em discussões periféricas, que não se aprofundam. É preciso ir direto ao que interessa. O trabalho da CNT possibilita justamente isso. É profundo, tem qualidade e faz a radiografia exata da realidade”, disse o deputado. Pela relevância do Painel de Acidentes, Hugo Leal informou que faria um requerimento para apresentá-lo na Câmara dos Deputados.

Análises da CNT

Entre as análises apresentadas, o diretor-executivo da CNT, Bruno Batista, afirmou que três fatores estão diretamente ligados ao aumento do número de acidentes e de óbitos nas rodovias federais brasileiras: o aumento da frota de veículos, a baixa oferta de rodovias no país e a inadequação desse tipo de infraestrutura.

“O Brasil registra 14 mortes nas rodovias federais todos os dias. Para mudar essa realidade, a CNT entende que são necessários investimento imediato nas rodovias, principalmente para eliminar pontos críticos e recuperar a sinalização; ações emergenciais nos trechos onde há maior número de acidentes; mais recursos para a modernização e na fiscalização policial; e campanhas educativas nacionais.”



Validade da CNH não aumentou! Entenda

O Projeto de Lei 3267/19, de autoria do Poder Executivo, pretende modificar o Código de Trânsito Brasileiro. Entre outras alterações, o texto prevê a ampliação de cinco para 10 anos a validade da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) e quer dobrar dos atuais 20 para 40 o limite de pontos para a suspensão do documento.

Desde que o PL começou a tramitar no Congresso Nacional, muita confusão está sendo feita sobre o que está ou não em vigor.

O Portal do Trânsito ressalta que nenhuma dessas possíveis mudanças está em vigor e esses pontos ainda estão sendo discutidos em Audiências Públicas na Câmara dos Deputados, um dos primeiros passos do PL na Casa.

Separamos alguns pontos importantes que podem mudar caso o Projeto de Lei seja aprovado pela Câmara, mas vale ressaltar que nada disso ainda está valendo!

Suspensão da CNH

Nada mudou em relação a pontuação para fins de suspensão do direito de dirigir. Atualmente, o condutor poderá ter a CNH suspensa quando atingir 20 pontos ou mais no prontuário do documento no período de 12 meses. O PL 3267/19 pretende aumentar esse limite para 40 pontos.

Transporte de crianças

É obrigatório transportar crianças de até sete anos e meio em sistemas de retenção adequados para idade do passageiro. Quem não respeita essa regra está cometendo uma infração gravíssima, com multa de R\$ 293,47 e acréscimo de 7 (sete) pontos na CNH. O texto do PL traz para o CTB a previsão do transporte de crianças por dispositivos de retenção adaptados ao peso e a idade da criança. Hoje essa

previsão está em Resolução. Porém, de acordo com o texto do PL a inobservância a essas regras seria punida apenas com advertência por escrito.

Então a multa continua valendo.

Validade da CNH

Nada mudou em relação à validade da CNH. O tempo de renovação permanece a cada três anos para as pessoas com idade superior a 65 anos e cinco anos para pessoas com idade igual ou inferior a 65 anos. O texto do projeto pretende alterar essa validade, mas ele ainda não foi votado e não há prazo para entrar em vigor.

Conforme o PL, o exame de aptidão física e mental seria preliminar e renovável a cada cinco anos para as pessoas com idade superior a 65 anos e a cada dez anos, para pessoas com idade igual ou inferior a 65 anos.

Luz baixa durante o dia

O PL pretende alterar a obrigatoriedade do uso de luz baixa em rodovias. Hoje, ela é obrigatória em todas as rodovias. O novo texto propõe que a obrigatoriedade seja apenas em rodovias de pista simples. A outra mudança é que a infração passa a ser leve e não haverá multa para quem for flagrado nessa situação, apenas o acréscimo de pontos na CNH.

Exame toxicológico

O PL enviado pelo Poder Executivo prevê a revogação do Art.148-A que estabelece que condutores das categorias C, D e E deverão submeter-se a exames toxicológicos para a habilitação e renovação da CNH. Isso quer dizer que o exame toxicológico poderá não ser mais obrigatório na renovação da habilitação, caso o PL seja aprovado.

Então, vale reforçar que nada disso ainda está valendo e que não há prazo para entrar em vigor.



DIRCEU RODRIGUES ALVES JÚNIOR*

MOTOTÁXI LIBERADO EM SÃO PAULO. TRANSPORTE ÁGIL E FRÁGIL.

Em 1992, o professor Dr. Flávio Emir Adura em trabalho de pesquisa junto à Faculdade Capital avaliou 800 motociclistas. Observe que naquela ocasião não havia profissional da motocicleta. Dos pesquisados, 365 tiveram 552 acidentes em um período de seis meses. Concluiu-se que 45,62% foram acidentados em um curto espaço de tempo. O índice de morbidade, isto é, a possibilidade de lesão corporal ou doença foi de 69%. E 50% dos “caronas” sofreram acidentes.

O trabalho do Dr. Flávio foi elaborado na cidade de São Paulo e teve o apoio da Associação Brasileira de Medicina de Tráfego (ABRAMET).

A atividade de motoboy surgiu em São Paulo em 1996 e desde então vem sendo confirmado o índice de morbidade estimada na pesquisa ABRAMET de 1992. Mantêm-se hoje os valores. Vale lembrar que a pesquisa foi feita com amadores da moto e os números de hoje são de “profissionais”.

Olhando o perfil atual do motoboy vemos que 64% querem deixar a profissão, temem o acidente e sequelas. 61% afastaram-se do trabalho devido a acidentes. Os motoboys constituem um terço dos óbitos no trânsito da cidade de São Paulo.

Os dados estatísticos de transporte com moto aumentam assustadoramente com aumento da frota e consequente crescimento de óbitos e seqüelados.

A periculosidade e penosidade caracterizam-se pelos riscos a que é submetido o motociclista, risco físico, químico, ergonômico, biológico, e de acidentes.

Quando se coloca alguém na garupa que desconhece tais fatores de risco, que não tem treinamento, que desconhece a necessidade de equilíbrio da máquina, que dependendo da idade tem limitações ou que não vê limites para os riscos, tenho convicção de que estaremos retrocedendo no trabalho árduo que a ABRAMET vem fazendo para a redução da violência no trânsito e a preservação da vida. E São Paulo, que há anos impedia tal atividade, libera agora sem uma regulamentação adequada. Mais lesionados chegarão aos hospitais.

Além do acidente aqui previsto para os eventuais passageiros dos mototáxis, entram fatores gerados pela máquina e meio ambiente capazes de produzir doenças, como é o caso do ruído, fumaça, gases, vapores, poeiras, fuligem, vibração, postura e corpo estranho.

Recomenda-se Equipamentos de Proteção Individual (EPI), capacete com proteção da mandíbula e com viseira, macacão de couro acolchoado, luvas de couro acolchoadas, botas de couro acolchoadas, colete de couro acolchoado e faixa refletiva.

Como suprir tal necessidade quando se tem um passageiro a bordo? Os EPIs não são obrigatórios?

O mototaxista deverá oferecer os EPIs e será que se ajustarão no passageiro? Terá que ser cumprida a lei, mas como? Quais seguradoras entrarão nesse mercado? Quem fará a fiscalização? Será que darão treinamento ao passageiro?

Hoje, 65% dos leitos em nossas UTIs são ocupados por vítimas de acidentes de trânsito, a quanto chegaremos com mais essa atividade profissional da qual já conhecemos os riscos e o percentual de acidentes e mortes.

É hora de reflexões, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) já informou que o custo de acidentes de trânsito no Brasil sobe de maneira geométrica a cada ano.

O Departamento de Medicina Ocupacional da ABRAMET estimou em 98 milhões de dólares por ano o custo dos acidentes de motocicleta na cidade de São Paulo. Vale lembrar que tais custos são cobertos com dinheiro público e que perde o país pela incapacidade temporária ou definitiva a mão de obra de jovens na faixa de 18 a 29 anos.

A agilidade não compensa, só aumenta a fragilidade a que se submete o mototaxista e o passageiro.

* Dr. Dirceu Rodrigues Alves Júnior é Diretor de Comunicação e do Departamento de Medicina de Tráfego Ocupacional da Associação Brasileira de Medicina de Tráfego (ABRAMET) e membro efetivo do Conselho Deliberativo do Monatran - Movimento Nacional de Educação no Trânsito.

Restauração da Ponte Hercílio Luz entra na reta final

Começou no dia 23 de outubro a desmontagem da grua do lado insular da Ponte Hercílio Luz, etapa que faz parte do cronograma de restauração da estrutura. Com a retirada da grua, será possível avançar na colocação do piso da pista do vão central e na construção das passarelas de pedestres e ciclistas. A Ponte Hercílio Luz será reaberta para o tráfego no dia 30 de dezembro deste ano.

“Entramos na fase final da obra para devolver a Ponte Hercílio Luz, um patrimônio histórico, aos catarinenses”, afirma o secretário de Estado da Infraestrutura e Mobilidade, Carlos Hassler.

Na última semana de outubro será realizada a desmontagem da grua do lado continental. Paralelamente, estão sendo concluídos os serviços de limpeza e pintura. Atualmente, 480 funcionários trabalham na obra de restauração da Ponte Hercílio Luz. Destes, 120 atuam exclusivamente na pintura da toda estrutura.

Em agosto de 2019, após a última transferência de carga da Ponte Hercílio Luz, a estrutura voltou a ser sustentada inteiramente pelas barras de olhal e os cabos pendurais, conforme o projeto original.



Julio Cavalheiro / Secom

Seguro DPVAT lança aplicativo que bloqueia chamadas e mensagens enquanto dirigimos

Ligações, mensagens, selfies, redes sociais. Os smartphones estão presentes no dia a dia de muitos brasileiros com a importante tarefa de facilitar a comunicação. Porém, a utilização em determinados momentos pode trazer riscos. Um deles é o uso ao pilotar ou dirigir, conduta que impacta as estatísticas de acidentes de trânsito e já é considerada a oitava maior causa de mortes no mundo, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS).

Para contribuir com a mudança deste cenário, a Seguradora Líder lançou o aplicativo Modo Trânsito DPVAT, uma nova tecnologia que bloqueia o recebimento de ligações e mensagens enquanto o usuário dirige e envia recados automáticos às pessoas que fizeram contato.

O download é gratuito e está disponível apenas para Android. Em breve, a versão para iOS será lançada.

Com a nova plataforma digital, ao receber uma ligação ou mensagem, o aparelho envia, automaticamente, uma resposta. Se a tentativa de contato foi realizada por mensagem de texto ou ligação, o aplicativo retornará com um SMS.

Caso seja feita por WhatsApp, o app enviará uma mensagem automática pelo mesmo canal. A ferramenta conta com algumas opções de

textos já prontos, como: “Estou dirigindo. Para garantir a minha segurança e de todos, respondo em breve”. Mas o motorista também pode personalizar as mensagens para contatos específicos e grupos de contatos, além de compartilhar automaticamente sua localização no momento do envio do alerta.

Como utilizar

Para utilizar a ferramenta, é necessário fazer o download no Google Play e efetuar o cadastro com um e-mail de login e criação de uma senha. Também estão disponíveis as opções de login por meio da conta do Facebook ou Google.

O próximo passo é configurar as respostas para os contatos do celular ou selecionar uma mensagem automática, assim como escolher as pessoas que receberão os recados. Na sequência, basta clicar em “Ativar” ao iniciar a viagem no veículo. Ao chegar ao destino, o motorista pode desativar o “Modo Trânsito” para que o celular volte a receber ligações e mensagens normalmente.

O aplicativo Modo Trânsito DPVAT ainda disponibiliza o link da landing page do Seguro DPVAT, na qual o usuário pode acessar mais informações sobre o benefício: <https://estamosaquiparavoce.com.br/sobre-o-seguro-dpvat/>.

O superintendente de Operações da Seguradora Líder, Arthur Froes, explica que o lançamento do aplicativo é mais uma iniciativa da companhia para contribuir com a diminuição das estatísticas de acidentes no país, que, segundo dados de 2018 da OMS, é o quinto com mais vítimas fatais no trânsito.

Ainda de acordo com o levantamento, a cada 24 segundos, uma pessoa morre durante o tráfego de veículos. De janeiro a junho deste ano, já foram pagas mais de 155 mil indenizações a vítimas de ocorrências em todo o Brasil pelo Seguro DPVAT.

“O uso do celular ao volante vem se tornando um hábito entre os motoristas, alcançando a terceira posição no ranking de principais causas de acidentes fatais no Brasil, segundo dados da Associação Brasileira de Medicina de Tráfego (Abramet). Além disso, apenas no primeiro semestre deste ano, o Seguro DPVAT pagou mais de 18 mil indenizações por mortes no trânsito. Com o Modo Trânsito DPVAT, portanto, a Seguradora Líder busca auxiliar os condutores a manterem o foco exclusivamente na direção, evitando distrações com o telefone e, conseqüentemente, diminuindo as ocorrências durante o tráfego de veículos”, afirma Arthur Froes.



Seis mil crianças e adolescentes foram vítimas de trânsito no primeiro semestre de 2019

Os acidentes de trânsito são a principal causa de morte no mundo entre as crianças de 5 a 14 anos, e a segunda entre os adolescentes e jovens de 15 a 29 anos, de acordo com o mais recente estudo da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS). O excesso de velocidade e a falta do uso dos sistemas de retenção (cadeirinhas e assentos) estão entre os principais fatores de risco para as crianças.

Para a entidade, é urgente que os países apliquem a lei e invistam em conscientização para protegê-las melhor.

No Brasil, dados da Seguradora Líder (DPVAT) mostram que, apenas de janeiro a junho deste ano, 6.084 vítimas entre 0 e 17 anos foram indenizadas em todo o país. De acordo com o levantamento, entre as crianças e adolescentes, foram 964 mortes e 4.231 ficaram com algum tipo de invalidez permanente. A maioria das vítimas estava na condição de pedestre no momento do acidente (3.467).

As motocicletas foram responsáveis pela maior parte das ocorrências com crianças e adolescentes. Foram 3.342 indenizações envolvendo este tipo de veículo. Em seguida, aparecem os sinistros com automóveis: 2.161 casos. Minas Gerais (628), São Paulo (617), Ceará (422), Paraná (392) e Maranhão (361) foram os estados que tiveram mais benefícios pagos a vítimas entre 0 e 17 anos no primeiro semestre de 2019.

ORIENTAÇÃO

Especialistas garantem que um dos pontos mais importantes para a redução desses números é atuar de forma preventiva. Sinalização adequada, fiscalização, a presença

de guardas de trânsito e investimento em informações específicas para os estudantes são medidas que ajudam a diminuir os acidentes. Para o superintendente de Operações da Seguradora Líder, Arthur Froes, é fundamental que todos estejam atentos.

“O ideal é que os pais se programem para sair mais cedo de casa e, assim, evitem a correria no trânsito. O uso adequado dos equipamentos de segurança também faz toda a diferença. Cadeirinha, cinto de segurança e capacete são itens obrigatórios. Já os pedestres devem ficar atentos à sinalização e sempre usar a faixa para a travessia das ruas”, ressalta.

O quadro “Momento Segurança no Trânsito”, produzido pelo Programa Observar, uma parceria entre o OBSERVATÓRIO Nacional de Segurança Viária e a Seguradora Líder-DPVAT, é uma forma de conscientizar os pais e responsáveis sobre a importância da segurança viária. É possível conferir ali um vídeo que alerta sobre a necessidade do uso do dispositivo de segurança adequado à idade da criança transportada (bebê-conforto, cadeirinha e assento de elevação).

Para Luiz Gustavo Campos, especialista em trânsito e diretor da Perkons, a prevenção de acidentes passa pela conscientização e pela educação.

“Ainda hoje milhares de crianças perdem a vida por razões que poderiam ser evitadas. É importante que os condutores e a sociedade de modo geral entendam que direção defensiva, transporte responsável e as leis de trânsito ajudam a salvar vidas, e que 90% dos acidentes de trânsito poderiam ser evitados com medidas simples de prevenção”, comenta.





Projetos de Mobilidade de Florianópolis são destaques na 17ª Bienal Internacional de Arquitetura de Buenos Aires

A convite da 17ª Bienal Internacional de Arquitetura de Buenos Aires, o secretário de Transportes e Planejamento Urbano de Florianópolis, o arquiteto e urbanista Michel Mittmann, apresentou o conjunto de programas e ações da prefeitura de Florianópolis voltados para a qualificação dos espaços públicos e mobilidade da Capital. O secretário destacou através do tema “MOVILIDAD Y CONVIVENCIA: Proyectos y Acciones” (Mobilidade e Convivência - Projetos e Ações), as mudanças de paradigmas de mobilidade e incentivo a espaços públicos de lazer e equipamentos comunitários que estão sendo planejadas e implementadas na capital catarinense.

Foram apresentados o processo de criação e os resultados obtidos com os programas como o Calçada Certa, o +Pedestres e o +Pedal, bem como os números que se pretende atingir até 2020, que incluem mais de 80 km de infraestrutura cicloviária, im-

plantação de rotas acessíveis, programa de melhorias integradas de calçadas nas áreas mais utilizadas e em volta de importantes equipamentos públicos. Também foram destaques, o Praça Viva, programa de recuperação de praças e as parcerias de projetos e adoções de áreas públicas no município, assim como as intervenções em torno a Ponte Hercílio Luz com prioridade ao convívio, mobilidade ativa e transporte coletivo.

Mittmann também falou sobre a participação do município a exposição dos trabalhos através de um conjunto de painéis dos programas como parte da amostra brasileira OUTRAS ARQUITETURAS. A Bienal Internacional de Arquitetura de Buenos Aires é um dos principais palcos de apresentação e discussão de arquitetura e urbanismo no mundo e uma oportunidade única de troca de experiências e aconteceu de 15 a 20 de outubro na Usina Del Arte em Buenos Aires.



Arquiteto e urbanista Michel Mittmann

SC-404 terá nova faixa no trecho entre Avenida da Saudade e Jardim Botânico

A Prefeitura de Florianópolis, através da Secretaria de Infraestrutura, começou no dia 14 de outubro a construir mais uma pista na Rodovia Admar Gonzaga (SC-404), no Itacorubi, desta vez, no trecho de 900 metros entre a Avenida da Saudade e o Jardim Botânico, desta vez no sentido centro-bairro. As obras devem ser concluídas até meados de dezembro, ou seja, antes do início da temporada de verão. Em paralelo será feito o alargamento da ponte existente na via pública estadual na altura da sede do Conselho Estadual de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina (CREA).



OBRA ENTREGUE

Os novos serviços serão executados pela empresa Vogelsanger Engenharia Ltda., a mesma que recentemente fez na SC-404 faixa adicional de 2,9

quilômetros no sentido contrário de trânsito, entre a Lagoa da Conceição e o Cemitério do Itacorubi. Além de restauração da pista existente em alguns pontos e a devida sinalização viária.

Guarda Municipal vai ganhar base fixa no Sul e Norte da Ilha

A Prefeitura de Florianópolis vai reforçar a segurança das regiões Norte e Sul da Ilha, iniciando já nesta temporada de verão. O município deve começar o chamamento de 25 novos agentes da Guarda Municipal, excedentes do concurso público de 2016, nos próximos dias.

De acordo com o prefeito Gean Loureiro, o Sul da Ilha já vai ter sua base, que ficará junto à Subprefeitura do Sul da Ilha, no Rio Tavares, ainda em outubro. “Vamos iniciar com 12 agentes exclusivos para a região Sul e ir aumentando com o passar



Fotos/divulgação: Chaiana Muller

dos meses. Atualmente, os Guardas têm que se deslocar do Continente e perdem praticamente metade do turno só no caminho”, disse Gean.

Já o Norte da Ilha deve ganhar um Batalhão da Guarda Municipal junto à Academia de Polícia Civil, em Canasvieiras. A instalação está prevista para dezembro deste ano com mais de 25 agentes trabalhando em três turnos.

“O diferencial é que diariamente terão guarnições destacadas para o Sul e Norte com o objetivo principal de dar segurança na entrada e saída dos turnos escolares, presença em praças e em locais de concentração de pessoas”, explicou o secretário de Segurança Pública, Alceu de Oliveira.





Mesmo antes da sentença, vítima de acidente poderá levantar R\$ 300 mil para manter tratamento médico

Com base no poder geral de cautela e na possibilidade de reapreciação de pedidos cautelares em razão de novos fatos, a Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) manteve acórdão do Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA) que permitiu à vítima de um acidente automobilístico levantar o valor de R\$ 300 mil, depositado judicialmente, para garantir a continuidade de seu tratamento de saúde.

Em decisão anterior, o TJBA havia condicionado o saque do dinheiro pela vítima à demonstração de fatos novos que o justificassem e à apresentação de caução, mas o próprio tribunal reviu essa posição diante de documentos médicos juntados ao processo.

Após acidente envolvendo veículo de uma empresa de combustíveis, a vítima, que sofreu diversas sequelas, ajuizou ações indenizatória e cautelar. Em decisão liminar, o juiz autorizou que ela levantasse o valor de aproximadamente R\$ 300 mil para cobrir as despesas médicas.

Contra a decisão, a empresa interpôs agravo de instrumento no TJBA, mas a corte rejeitou o recurso por considerar que houve comprovação das despesas e que a situação era urgente, não podendo a vítima ser prejudicada com a paralisação de seu tratamento.

No acórdão, o TJBA também considerou que o longo trâmite processual poderia trazer danos graves à vítima, que há aproximadamente dez anos está em estado de saúde precário e depende de tratamento especializado para sobreviver.



Ministro Marco Aurélio Bellizze

DEMORA PROCESSUAL

Por meio de recurso especial, a empresa de combustíveis alegou ao STJ que o tribunal baiano havia proferido decisão anterior em que condicionava a avaliação sobre levantamento do dinheiro depositado à apresentação de caução, mas mudou de posição sem que houvesse fatos supervenientes.

O relator do recurso, ministro Marco Aurélio Bellizze, afirmou que o poder geral de cautela é atribuído ao Judiciário com o objetivo de instrumentalizar a prestação jurisdicional com ferramentas capazes de eliminar – ou pelo menos mitigar – os efeitos decorrentes da demora natural da tramitação processual.

Entretanto, o ministro lembrou que o exercício desse poder não é ilimitado, devendo observar os requisitos para o deferimento de medidas excepcionais, como a existência de perigo de dano e ameaça de lesão a direito evidente.

Por outro lado, disse o relator, o instituto da preclusão decorre da necessidade de impulsionamento do processo e tem relação com o princípio da celeridade processual e com os fundamentos éticos

da boa-fé e da lealdade processual.

“Em virtude dessa ética erigida em torno da boa-fé e da lealdade, a qual deve ser observada com mais razão pelo Estado-juiz imparcial, o instituto da preclusão consumativa não se incompatibiliza com o poder geral de cautela. Ao contrário, ambos devem se harmonizar para possibilitar que a demanda siga o devido processo legal, alcançando o resultado final e definitivo o mais breve possível”, ponderou.

REQUISITOS ATENDIDOS

O ministro destacou que o acórdão do TJBA foi expresso ao reconhecer que o novo pedido de levantamento atendia aos requisitos da decisão transitada em julgado, na medida em que foi acompanhado de documentos que comprovavam os gastos médicos e farmacêuticos. De igual forma, o tribunal entendeu que a necessidade de prestação de caução poderia ser dispensada, já que estava em questão a proteção da saúde e da vida da vítima.

De acordo com o relator, a análise da liberação da caução pelo TJBA envolveria reexame de fatos e provas – o que não é possível em recurso especial em razão da Súmula 7 do STJ.

“Assim sendo, a despeito de todo o louvável esforço argumentativo da recorrente, não se afigura viável a alteração das conclusões do acórdão recorrido sem que se reapreciasse com profundidade toda a dilação probatória envolvida no caso concreto, inclusive questões relativas ao longo lapso temporal de tramitação da presente demanda”, concluiu o ministro.



Ministro Nefi Cordeiro Pizzolatti

Ex-deputado que violou proibição de dirigir deixa prisão, mas terá de fazer tratamento para alcoolismo

A Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) concedeu habeas corpus ao ex-deputado federal João Alberto Pizzolatti Júnior – que responde a processo por tentativa de homicídio na direção de veículo – para substituir a prisão preventiva por outras medidas cautelares, entre elas a obrigação de se internar em clínica para tratamento psiquiátrico e de alcoolismo.

De forma unânime, o colegiado determinou também que o ex-deputado se apresente à Justiça a cada dois meses, proibiu-o de mudar de domicílio sem prévia autorização judicial e reafirmou a suspensão do direito de dirigir (medida que já havia sido adotada pela Justiça de Santa Catarina).

Segundo a ação penal, o ex-parlamentar conduzia veículo sob o efeito de álcool em 2017, quando provocou um acidente grave que deixou feridos. No curso do processo, a prisão preventiva do ex-deputado foi decretada devido ao descumprimento de medida cautelar que suspendeu seu direito de dirigir veículos.

O primeiro pedido de habeas corpus foi negado pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC). Para a corte, o descumprimento da suspensão cautelar do direito de dirigir seria causa suficiente para a prisão preventiva.

No novo pedido de substituição da prisão, desta vez encaminhado ao STJ, o ex-deputado alegou que descumpriu a medida cautelar porque precisou socorrer a filha durante

uma crise asmática. Além disso, afirmou que sofre de alcoolismo e depressão.

Medida desproporcional

O ministro Nefi Cordeiro, relator do habeas corpus, destacou que, ao manter a prisão preventiva – em decisão confirmada pelo TJSC –, o juiz de primeiro grau apontou elementos dos autos segundo os quais, no momento da crise asmática, o ex-parlamentar teria levado sua filha não ao hospital mais próximo, mas a uma cidade vizinha – o que teria gerado estranheza quanto à alegada emergência médica.

Para o ministro, a prisão preventiva foi devidamente fundamentada em razão do descumprimento da medida cautelar, não tendo sido admitida pelas instâncias ordinárias a justificativa de socorro urgente à filha. Entretanto, para Nefi Cordeiro, os autos não indicam a absoluta necessidade da manutenção do decreto de prisão.

“Trata-se de crime de trânsito, e não há notícia de outros descumprimentos da cautelar”, afirmou o ministro, considerando desproporcional a substituição das medidas anteriores diretamente pela “mais gravosa” das medidas cautelares, que é a prisão.

Apesar de conceder o habeas corpus, o relator lembrou que a imposição de medidas cautelares pela turma não impede a fixação de outras medidas que o juiz de primeira instância considere necessárias, desde que em decisão fundamentada.



CCJ aprova projeto que só permite multar motorista quando velocidade exceder em 10% à permitida

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) aprovou o Projeto de Lei 3665/15, que prevê a aplicação das penalidades relativas às infrações de trânsito por excesso de velocidade apenas quando for superada em 10% a regulamentação para a via. O texto altera o Código de Trânsito Brasileiro.

Como tramitava em caráter conclusivo, o texto, de autoria do deputado Vinicius Carvalho (REPUBLICANOS-SP), está aprovado pela Câmara dos Deputados e deve seguir agora para o Senado, a menos que haja recurso para análise pelo Plenário.

O relator, deputado Hugo Motta (REPUBLICANOS-PB), recomendou a aprovação do texto na forma do substitutivo elaborado pela Comissão de Viação e Transportes, que analisou o assunto em 2018. O relator também promoveu ajuste no projeto.

Como a precisão dos radares não é 100%, uma resolução do Conselho Nacional de Trânsito (Contran) prevê que a velocidade medida é diferente da efetivamente considerada para multas. Tabela contida na resolução cita, por exemplo, que se a velocidade do veículo for 67 km por hora, será considerada como 60 km/h.



CCJ prevê que o Contran defina multas para as quais será necessária comprovação

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) aprovou o Projeto de Lei 8377/17, que cobra do Conselho Nacional de Trânsito (Contran) a definição das infrações de trânsito para as quais será necessária a comprovação, exclusiva ou complementar, por meio eletrônico ou químico, entre outros.

Como tramitava em caráter conclusivo, o texto, de autoria da deputada Mariana Carvalho (PSDB-RO), está aprovado pela Câmara dos Deputados e deve seguir agora para o Senado Federal, a menos que haja

recurso para análise pelo Plenário.

O relator, deputado Nicoletti (PSL-RR), recomendou a aprovação do texto na forma do substitutivo elaborado pela Comissão de Viação e Transportes, que analisou o tema em 2018. O



Pablo Valadares/Câmara dos Deputados

projeto original tratava do amplo direito à defesa.

Atualmente, o Código de Trânsito Brasileiro (CTB, Lei 9503/97) prevê que a declaração da autoridade ou do agente de trânsito já é suficiente para comprovar a infração.

Pablo Valadares/Câmara dos Deputados



CCJ aprova fim de atenuante para menores de 21 e maiores de 70 em infrações de trânsito

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou, no dia 9 de outubro, o Projeto de Lei 3293/19, do deputado Wilson Santiago (PTB-PB), que proíbe atenuar as penas de menores de 21 e maiores de 70 anos de idade que cometerem infrações de trânsito.

A proposta modifica o Código Penal no artigo que estabelece a idade (menor de 21 e maior de 70) como circunstância atenuante de penas, para excetuar os casos em que o agente cometer infrações previstas no Código de Trânsito Brasileiro.

A relatora, deputada Christiane de Souza Yared (PL-PR), apresentou parecer pela aprovação do texto. “Um país que não pune, não educa. Se a pessoa dirigir embriagada, fazendo racha, usando celular, ela assume a possibilidade de causar a morte”, defendeu.

O autor, deputado Wilson Santiago, justificou o projeto: “quem tem mais de 70 deve estar mais consciente, e não receber benefícios por praticar crimes. Nós devemos punir os que exageram e praticam crimes imperdoáveis”.

A proposta segue para a análise do Plenário.

Projeto prevê multa de trânsito mais alta para empresa cuja frota atinja 20 pontos

O Projeto de Lei 4603/19 estabelece multa de trânsito específica para as pessoas jurídicas cuja frota de veículos acumule 20 pontos no período de 12 meses. A multa será o triplo da aplicada à infração de natureza gravíssima, multiplicado pela quantidade de veículos multados. A proposta tramita na Câmara dos Deputados.

O texto foi proposto pelo deputado Felipe Rigoni (PSB-ES). O objetivo, segundo ele, é regulamentar as multas aplicadas à frota das empresas, que não raro disponibilizam aos motoristas veículos em condições irregulares ou estimulam o desrespeito às regras de trânsito, como trafegar com carga acima dos limites permitidos.

“A pessoa jurídica proprietária do veículo não pode ficar alheia

ao comportamento dos seus motoristas no trânsito”, disse. “Esse projeto visa a desencorajar esse tipo de comportamento por parte das companhias, ao mesmo tempo que incentiva ações de conscientização dos seus colaboradores.”

O texto, que altera o Código de Trânsito Brasileiro, estabelece ainda que as locadoras de veículos terão 15 dias, após receber a autuação, para apresentar, na forma que dispuser o Conselho Nacional de Trânsito (Contran), a identificação da pessoa jurídica locatária, quando for o caso.

Tramitação

O projeto será analisado em caráter conclusivo pelas comissões de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços; Viação e Transportes; e Constituição e Justiça e de Cidadania.

Projeto obriga órgãos de trânsito a divulgar o que fizeram com o dinheiro das multas

O Projeto de Lei 4724/19 pretende obrigar órgãos e entidades de trânsito a divulgar os dados sobre recursos arrecadados com multas na internet. O texto estabelece ainda que essa divulgação será feita em linguagem acessível.

O autor do projeto, deputado Célio Studart (PV-CE), explica que a proposta é garantir uma maior transparência em relação aos recursos arrecadados com as multas de trânsito.

“Sabe-se que alguns órgãos e entidades de trânsito não divulgam,



com linguagem clara e acessível, dados com informações sobre os recursos arrecadados com a cobrança de multas em seus respectivos sítios eletrônicos”, diz o parlamentar.

TRAMITAÇÃO

O projeto, que tramita em caráter conclusivo, será analisado pelas comissões de Viação e Transportes; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Como agir dirigindo sob neblina que impede sua visão?

Quem nunca se deparou com uma viagem em que estava correndo tudo bem e de repente surge uma forte neblina que impede a visão do condutor? Além de cair na prova do Detran, essa é uma situação que todos devem estar preparados para saber como agir.

De acordo com Eliane Pietsak, pedagoga especialista em trânsito, se não é possível enxergar a via, o ideal é parar o veículo em local seguro, fora da pista, esperando que a visibilidade melhore.

“Conduzir sob neblina exige muito cuidado e experiência. Acidentes que ocorrem nessas condições normalmente são gravíssimos e podem envolver diversos veículos”, explica.



A especialista lembra ainda que o pisca-alerta não deve ser usado com o veículo em movimento. “Conforme

o CTB, o uso deve ser exclusivo em immobilizações ou situações de emergência ou ainda quando a regula-

mentação da via assim o determinar”, diz Pietsak.

A dica para os condutores é planejar a viagem e evitar os trechos e horários sujeitos à neblina.

CONDIÇÃO ADVERSA DE TEMPO

Fenômenos climáticos podem interferir na segurança do trânsito, alterando as condições da via, diminuindo a capacidade visual do condutor e modificando padrões de condução e comportamento dos veículos, como a aderência dos pneus e a estabilidade.

Essas condições adversas de tempo podem se agravar rapidamente a ponto de impedir o deslocamento seguro.

Oito manias que todo mau condutor tem

Você sabia que todo mau condutor tem manias em comum? Selecionamos aqui algumas delas. Se você faz algumas dessas coisas, fique atento!

Ao trafegar pelas ruas e avenidas das cidades, com certeza você já se deparou com muitos condutores imprudentes. Porém, já se perguntou se você é tão bom dirigindo quanto pensa?

Embora tenha a CNH em mãos, isso não significa que todos estão aptos a dirigir, concorda? Veja aqui algumas manias que todo mau condutor tem e confira se você age desse jeito também!

Você sabe quais manias pode ter e que demonstra ser um mau condutor? Quando elas são percebidas em outras pessoas, fica fácil diagnosticar, não é mesmo?

Para você não ter algumas atitudes que prejudicam a condução do seu veículo, selecionamos aqui as manias mais comuns em todo mau condutor. Acompanhe!

✓ Não segurar direito o volante

Segurar com as duas mãos ao alto ou muito embaixo do volante é muito perigoso. Isso porque, se você estiver

em uma situação de emergência, poderá facilmente perder o controle do seu carro. Ou seja, não conseguirá realizar uma manobra rápida, por não ter a dimensão necessária. Portanto, ao sentar-se, o condutor deve estender o braço acima do volante. Depois disso, imagine que no volante tenha um ponteiro de relógio. Você deve colocar as mãos na posição 10h10. Naturalmente em alguns momentos as mãos irão mudar de posição, mas nunca se deve segurar o volante por baixo.

✓ Ser pouco cuidadoso

Se você é confiante demais, o risco de acidentes é bem maior. Mesmo que não tenha sofrido algum acidente, continuar assim só será questão de tempo. Portanto, não seja agressivo, isso mostra que você é incompetente ao volante.

✓ Deixar de usar a seta

Se você não tem o hábito de usar a seta, em caso de colisão, não deve jogar a culpa apenas no outro condutor, concorda? Você pode até achar que está passando uma imagem de condutor autocon-



fiant, porém, na verdade se mostra negligente em relação à segurança.

✓ Dirigir em más condições de saúde

Desde um simples resfriado até condições piores de saúde podem influenciar o modo de dirigir! Um simples espirro pode comprometer a sua segurança no trânsito. Saiba que dirigir nessas condições diminui a sua reação, em caso de emergências.

✓ Manter o mesmo trajeto

Se você tem o hábito de seguir o mesmo caminho, diariamente, fique atento. Isso porque o seu cérebro pode acostumar e comprometer assim, a sua atenção. Portanto,

opte por rotas alternativas. Isso também contribui contra possíveis sequestros e roubos.

✓ Não contar com proteção da seguradora

Alguns condutores acreditam que o seguro auto não vale a pena, até se envolver em acidentes ou o pneu furar no meio da estrada. Saiba que essa é uma proteção significativa e seu valor pode ser parcelado em várias vezes. Além de ser socorrido quando se está enfrentando enorme dor de cabeça, como caso de colisão, o condutor usufrui da possibilidade de carro reserva enquanto o veículo está na mecânica. Sem contar que os serviços de reparo e outros são

custeados pela empresa. E mais! Se o carro for roubado, você será reembolsado, conforme tabela FIPE.

✓ Se envolver com uma música

Enquanto dirige, é comum que o condutor coloque uma música. Porém, além do perigo de trocar a faixa sem parar o veículo, muitos ainda se envolvem com determinada melodia. Ou seja, para alguns, cantar junto com a música faz com que sua atenção ao trânsito

fique prejudicada. Com isso, o risco de acidentes é bem maior, já que os reflexos ao volante diminuem.

✓ Exceder o limite de velocidade

Ultrapassar o limite de velocidade lidera o ranking das infrações mais cometidas no Brasil. A velocidade inadequada reduz o tempo disponível para uma reação eficiente em caso de perigo.

Então, você possui uma ou mais dessas manias? Lembre-se de que cada um tem a obrigação de contribuir com um trânsito melhor!

(Escrito por: Andreia Silveira, copidesque no site SeguroAuto.org.)

Educação para o trânsito começa na porta da escola

Seja na porta da escola numa rua calma ou de uma grande faculdade na avenida movimentada, todo cuidado, educação e gentileza é pouco. O Detran.SP aproveitou o Dia Nacional do Trânsito, celebrado no dia 25 de setembro, para recapitular lições e ações prudentes para a segurança de todos.

Transportar as crianças na “cadeirinha” é indispensável e o equipamento deve acompanhar o crescimento dos pequenos. Os bebês devem ser colocados na cadeirinha de costas para o banco da frente. De 1 ano e 1 mês, até 4 anos, a criança já fica sentada para frente,



como os demais ocupantes do veículo e presa com as

tiras de retenção do equipamento (sistema de cinco

pontos).

Dos 4 anos e 1 mês aos

7 anos e 5 meses é hora de usar o assento de elevação para que a criança fique presa ao cinto de segurança do próprio veículo. Crianças entre 7 anos e 6 meses a 10 anos podem ser transportadas apenas no banco traseiro, sem auxílio de equipamento, diretamente com o cinto do assento do veículo.

Transportar crianças em veículo automotor sem observância das normas de segurança especiais estabelecidas pela legislação está previsto no Código de Trânsito Brasileiro (CTB) como Infração gravíssima (sete pontos e multa de R\$ 293,47).

Entrada e saída da escola

O horário de entrada e saída dos estudantes é concorrido. Mesmo assim, na hora de deixar ou buscar os pequenos, o condutor jamais deve estacionar na calçada ou em fila dupla.

O pisca-alerta é para ser usado em caráter de advertência em caso de emergência para indicar aos demais usuários da via que o veículo está imobilizado ou em situação de emergência, por problemas mecânicos, atropelamento ou parada muito abrupta a fim de evitar um engavetamento, nunca por comodidade do motorista.

Documentos e bons hábitos

Na pressa de sair de casa, não se esqueça dos documentos e muito menos de que o cinto de segurança é de uso obrigatório para qualquer um e em qualquer banco do veículo. Se a escola for perto, leve os pequenos a pé, segurando-os sempre pelo punho (e não pela mão), principalmente ao atravessar a rua, e sempre na faixa de pedestres. Fique atento aos sinais de trânsito. As crianças aprendem com os adultos e a caminhada diária pode ser uma aula para toda a vida. Se o trajeto é de transporte público, ao descer do ônibus ou van, espere na calçada e jamais desça fora do ponto. Não é seguro atravessar nem por trás nem pela frente do veículo. Deixe que ele siga, para que você tenha uma boa visão da rua. E siga para o seu destino com segurança.

Dicas para os alunos motoristas

Quem já está habilitado e vai para a faculdade dirigindo, deve deixar o celular fixado no para-brisa ou painel dianteiro, apenas para usar o localizador. Falar ou gravar vídeos para as redes sociais, nem pensar. Não é permitido seu manuseio nem mesmo em paradas temporárias (pedágios ou semáforos). Todas essas situações são infrações gravíssimas, com sete pontos e multa de R\$ 293,47.

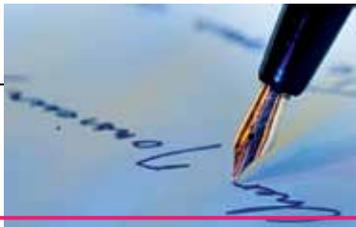
Depois das aulas, quem for dirigir, não está autorizado a beber, nem tão pouco interromper a via para ficar no bar. O som alto não está liberado, principalmente no horário da saída das aulas no período noturno.

Para quem vai de motocicleta ou ciclomotores, os capacetes são obrigatórios para piloto e garupa devidamente fixados à cabeça, presos ao queixo por meio da cinta, sem folgas, e com a viseira totalmente abaixada. Quem vai de bike também deve adotar o equipamento.

Nos dois casos, também vale optar por roupas e calçados adequados. Os limites de velocidade devem ser respeitados pelos motociclistas e mesmo quase se está atrasado e é semana de prova. Não é permitido ultrapassar pela direita e muito menos trafegar pelo corredor dos ônibus.

Por falar em prova, condutor que perdeu noite de sono estudando, tomou remédios para ficar acordado, também não deve dirigir. Tudo isso e um pouco mais de nervoso ou preocupação acabam acarretando a perda de reflexos e potencializando possíveis acidentes. Neste caso, opte por caminhar ou usar transporte público ou de aplicativo que ainda garantem um tempo extra para dar uma revisada na matéria.

Seja de carro ou de moto, confira sempre a calibragem e a aderência dos pneus, freios, buzinas, combustível, funcionamento do farol, entre outros itens importantes.



CARTAS

FLORIPA AIRPORT

A vergonhosa falta de apoio dos governantes em prol do crescimento econômico em Florianópolis é enorme. E isso inclui o governo do Estado de Santa Catarina. A inauguração do Floripa Airport coloca a capital como sede de um dos aeroportos mais lindos do Brasil, entretanto a falta de vias adequadas envergonha a gente. Era gente trabalhando na pista no dia, falta de iluminação e sem uma arquitetura de entrada de cidade. Uma vergonha.

Mariana Silva – Florianópolis/SC

CUIDADO

A atenção no volante deve ser grande. O caso do pai que atropelou a filha em Indaial retrata o cuidado que deve ser tomado. Por uma desatenção a criança poderia ir a óbito. Devemos ter cuidado, principalmente quando temos uma criança por perto. Ainda mais quando o carro é alto, como um S10, já que há mais pontos cegos do que um carro comum.

Pedro José – Blumenau/SC

ÓCULOS

Esse estudo divulgado pelo Ministério dos Transportes realmente é preocupante. 50% dos acidentes nas vias públicas é culpa dos motoristas, de erro humano. E uma das principais causas é a falta de um óculo adequado. Minha mãe precisa de óculos, por exemplo, mas não usa porque diz que fica velha. Infelizmente o cuidado com a aparência é mais importante do que a vida.

Manoel Pereira – Curitiba/PR

HANDEBOL

Lamentável o ocorrido em Balneário Camboriú. Um motorista de aplicativo não quis transportar uma cadeirante porque iria arranhar o carro dele. Que absurdo. Que falta de noção. Que falta de amor ao próximo. As pessoas hoje em dia amam mais as coisas do que as pessoas. Custava colocar a cadeira no porta malas e transportar a passageira com segurança?

João Lemões – São Paulo/SP

ESTACIONAR

Muito boa essa campanha do “Trânsito Ideal”. Incentivar os motoristas a estacionarem com consciência é fundamental nas cidades urbanas que temos hoje. Para estacionar no centro de Florianópolis, por exemplo, volta e meia vejo uns “meia roda” estacionando em duas vagas, ao invés de uma. Isso atrapalha os demais motoristas e ainda coloca em risco o próprio carro, já que algum mais exaltado pode arranhar o caso alheio.

Diego Freixo – São José/SC

INTIMIDADE

Onde a pessoa quer intimidade no meio da rua? No trânsito? O fato é que o Ministério Público obteve decisão judicial para suspender o uso de equipamentos de foto para registrar motoristas infratores. Entretanto o motivo é que invade a privacidade. Faço das palavras do senhor Roberto Bentes as minhas, estou perplexo com tamanha falta de bom senso.

Suzana Matos – São Paulo/SP

CNH

Agora o número de aulas para tirar a Carteira Nacional de Habilitação é menor. E ainda é facultativo o uso do simulador. Até onde nossos governantes vão chegar? Cada vez mais o trânsito tem tido motoristas imprudentes e desqualificados, mas aí vem o governo e diminui o tipo de avaliação. Deveria ser aumentada as aulas e ter um critério mais rigoroso para entregar a CNH.

Gustavo Cidral – Brasília/DF

MICHELE

O artigo publicado na edição anterior do jornal do Monatran escrito pelo doutor José Roberto Dias vai ao encontro das necessidades da sociedade. Um apelo ao bom senso da primeira dama para que dê atenção a políticas públicas que contenham essa verdadeira guerra no trânsito chamada de acidente. Os números estão aí, basta apenas analisar e agir.

Gorete Teixeira – Porto Alegre/RS

PREVENÇÃO

A prevenção tem sido a principal política de grandes empresas com relação a seus funcionários e fornecedores. O custo para substituir um funcionário é bem maior do que prevenir. O mesmo deveria ser pensado no trânsito. Ter políticas públicas de prevenção de acidentes para assim os cofres públicos não serem esvaziados pelos gastos com previdência e saúde.

Paulo Roberto – Rio de Janeiro/RJ





MP pressiona Estado para melhorias no acesso ao novo aeroporto

Entre as recomendações estão a instalação de placas indicativas de limite de velocidade, guard rails e iluminação

O MPSC (Ministério Público de Santa Catarina) voltou a pressionar o Governo do Estado sobre as obras de melhorias no acesso ao novo aeroporto de Florianópolis.

No dia 8 de outubro, o MP entregou um documento à Secretaria de Estado da Infraestrutura, para que fossem feitas adequações para garantir a segurança no trecho. O prazo para a manifestação da secretaria no dia 18 de outubro.

Segundo o promotor Daniel Paladino, a secretaria se manifestou sobre as recomendações, mas não se comprometeu com prazos para a realização das obras.

Em reunião com o secretário de Estado da Infraestrutura, Carlos Hassler, no dia 22, o MP teria reforçado a importância das melhorias.

MP-SC quer liberação de rampa do novo aeroporto de Florianópolis para passageiros

O Ministério Público de Santa Catarina (MP-SC) recomendou à Floripa Airport que a rampa de acesso para veículos do novo aeroporto Hercílio Luz seja liberada, principalmente para pessoas com necessidades especiais. A estrutura liga a entrada do terminal diretamente à área de check-in, mas somente é aberta para serviços internos. Ao chegar na estrutura, o passageiro precisa acessar o prédio pela área do Boulevard, no térreo, e caminhar até o elevador ou a escada rolante.

O promotor Daniel Paladino, responsável pela recomendação feita durante reunião com a concessionária no dia 24 de outubro, disse que cadeirantes, idosos e grávidas precisam fazer este deslocamento. Por isso ele

deu o prazo de 10 dias para a liberação da rampa, principalmente para o público com mobilidade reduzida.

Uma das alternativas, citou Paladino, seria a colocação de carrinhos elétricos para o deslocamento interno. Caso a concessionária não

faça adequações, o promotor diz que abrirá uma ação civil pública nas próximas semanas.

A Floripa Airport diz que está analisando as recomendações do Ministério Público e vai responder ao órgão no prazo estipulado.



ESPAÇO LIVRE

Daniel Menezes *



Fake News no trânsito

As fake news são matérias com conteúdos inverídicos, publicados pelos veículos de comunicação, a fim de chamar a atenção das pessoas, seja para disseminar ódio contra grupos minoritários, políticos – partidos – ou desbotar uma ideia já consolidada – o que seria mentir por mentir. Ocorre que, com o advento das redes sociais, tais publicações adquiriram um espaço expressivo, sendo compartilhadas vertiginosamente e, dessa maneira, tem se demonstrado verdadeira ameaça aos direitos fundamentais.

Cabe anotar que as notícias falaciosas não são oriundas do século XXI. Durante a Segunda Guerra Mundial, o ministro da propaganda da Alemanha nazista de Adolf Hitler, Joseph Goebbels dizia: “uma mentira repetida mil vezes torna-se verdade”. No Brasil, em 1930, no Governo de Getúlio Vargas foi noticiado pela rádio, no Programa “Hora do Brasil”, o Plano Cohen, que apontaria que os comunistas desejavam tomar o poder, o que, mais tarde,

culminou em um golpe de Estado (1937). Anos depois foi revelado que o documento era falso.

De acordo com um estudo realizado pela Universidade de São Paulo (USP), mais de doze (12) milhões de brasileiros compartilham fake news nas redes sociais. Em matéria publicada pela revista Super Interessante (21.05.2019), segundo o Massachusetts Institute of Technology, no Twitter as fake news se multiplicam seis vezes mais rápido do que as notícias verdadeiras.

No trânsito não é diferente.

Uma vez ou outra é compartilhado nos grupos de Whatsapp os “NOVOS VALORES DE MULTAS” – com letras maiúsculas, com a intenção clara de causar grande impacto pelos valores astronômicos.

A última alteração, nesse sentido, no Código de Trânsito foi por meio da Lei 13.281/16 (CTB, art. 258). Recentemente, o presidente Jair Bolsonaro protocolou a PL 3267/19, que traz algumas modificações, dentre elas o

aumento de pontos para a processo de suspensão do direito de dirigir, de 20 para 40 pontos, e a validade da Carteira Nacional de Habilitação, de 5 para 10 anos. Não obstante, foi divulgado que tais regras já estavam valendo, o que é mentira. O projeto carece de aprovação pelo Congresso Nacional (CTB, arts. 261, I e 147, Par. 2).

Em virtude de tudo isso, caros leitores, é necessário ler com desconfiança, checar as fontes e a veracidade dos relatos, o que talvez seja um dos maiores desafios da sociedade contemporânea. Por fim, como bem prega Leonardo Sakamoto, na obra “O que aprendi sendo xingado na internet”: “se você não tem paciência para nada disso, atenha-se aos gifs animados de gatinhos ou aos cards com mensagens de autoajuda. Jamais chegue perto de uma informação. Você é café com leite, não está preparado para este maravilhoso mundo novo!”

* Acadêmico de Direito, em Lorena/SP

ROBERTO A. BENTES DE SÁ

**Palavra do Presidente:
Trajédia anunciada**
PÁGINA 3

JOSÉ ROBERTO DE S. DIAS

**Nesse verão vá e volte
com a consciência em paz**
PÁGINA 5

DIRCEU RODRIGUES A. JUNIOR

**Mototáxi liberado em São
Paulo. Transporte ágil e frágil.**
PÁGINA 7

DANIEL MENEZES

**Fake News
no trânsito**
PÁGINA 15

Suposta carta do DIRETOR DO DENATRAN pedindo exoneração critica estrutura do órgão

De acordo com o jornal “O Estado de S.Paulo”, o diretor-geral do Denatran (Departamento Nacional de Trânsito), Jerry Adriane Dias Rodrigues, teria pedido para deixar o cargo, alegando que falta estratégia e gestão ao órgão, em carta enviada à Secretaria de Transportes do Ministério da Infraestrutura.

Segundo a suposta carta, à qual a publicação diz ter tido acesso, o diretor teria afirmado que queria deixar o ministro Tarcísio de Freitas “à vontade para procurar alguém mais alinhado à sua forma de pensar e de trabalhar”, afirmando ainda que naquela semana (última do mês de agosto), formalizaria o pedido de exoneração.

Entretanto, já vislumbramos o mês de novembro e o tal pedido oficial de exoneração não aconteceu. Aliás, procurado pela reportagem de outros veículos de imprensa, o próprio diretor disse que “desconhecia essa informação” e orientou que sua assessoria de comunicação fosse procurada, que respondeu, em nota, não haver qualquer documento com esse teor endereçado à referida Secretaria.

Ainda assim, como diz a sabedoria do popular, “onde há fumaça, há fogo” e as críticas feitas ao Denatran vão bem ao encontro da triste realidade do departamento, visto que não há uma estratégia para atingir as premissas estabelecidas pelo Código de Trânsito Brasileiro e pelo Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões de Trânsito.

Ainda de acordo com o jornal, ao



listar razões pelas quais desejaria deixar a chefia do Denatran, Rodrigues teria destacado que, para cumprir sua missão, a relação do Denatran com a União, os Estados e os municípios precisava estar alinhada. “Isso demanda a necessidade de que, efetivamente haja uma visão intersetorial, integrada e estratégica do assunto, o que não me parece estar ocorrendo. Não estou conseguindo avançar.”

O suposto documento ainda teria afirmado que as pessoas estão morrendo ou ficando com lesões permanentes por causa da gestão atual do trânsito, enfatizando que, nos últimos dez anos, foram cerca de 400 mil mortos e um número ainda maior de pessoas ficaram dependentes do governo em razão da invalidez. “Esse assunto me motiva e me preocupa. Tenho tentado buscar condições de corrigir os erros e decisões tendenciosas do passado, mas não estou conseguindo”, teria afirmado o diretor que é Policial Rodoviário Federal há 25 anos e

atuou na educação, na formação de policiais e na instrução de trânsito em diversos locais.

Por fim, na suposta carta encaminhada a seus superiores, Rodrigues teria dito também que “durante muito tempo este departamento foi disputado, nem sempre para atender interesses republicanos”. “Tenho uma estrutura de pessoal inadequada, insuficiente e com pouca qualificação. As demandas são superiores à capacidade de atendimento. Muitas vezes, assuntos de menor importância estão tomando tempo que deveria, em face da pouca quantidade de pessoal qualificado, ser utilizado para analisar temas relevantes. Muitas resoluções têm mais a cara dos setores interessados na regulamentação do que uma visão estratégica do Denatran.”

Para colocar ainda mais lenha na fogueira, concomitantemente, decisões do governo federal têm causado polêmica, como o projeto de lei da Presidência da República que

propõe dobrar o prazo de validade da CNH e resolução recente que reduz a quantidade de horas-aula práticas obrigatórias para tirar a primeira habilitação. Além da determinação do presidente Jair Bolsonaro mandando retirar todos os radares móveis de rodovias federais.

NOTA DO EDITOR – Não nos espantaria em nada, recebermos a confirmação de todo o teor da suposta carta. Todavia, entendemos que existe toda uma questão política por trás do alegado desconhecimento. De qualquer maneira, o fato é que, enquanto o órgão máximo do trânsito no Brasil continuar como um simples acessório do Ministério (seja ele qual for) é evidente que continuará inoperante e ineficiente. Isto porque a condição de departamento subordinado a um Ministério não dá a autonomia necessária para o órgão, que sofre com a escassez de verbas e fica engessado em sua atuação.

Por essas e outras, desde o primeiro mandato do então presidente Lula e inclusive neste mandato do presidente atual, o MONATRAN – Movimento Nacional de Educação no Trânsito vem pedindo ao Poder Executivo que transforme o Denatran em uma Autarquia ou uma Secretaria Especial ligada diretamente à presidência, para que finalmente o trânsito possa ser tratado com a seriedade que merece em nosso país.